

Fiscalidade verde: três medidas emblemáticas e uma que ficou pelo caminho

10 de Outubro, 2016

A reforma da fiscalidade verde foi introduzida pelo anterior Governo, de Pedro Passos Coelho, na sequência de um relatório encomendado a uma comissão liderada por Jorge Vasconcelos, antigo presidente do regulador para o setor energético, a ERSE, noticiou hoje o Público. As medidas a adotar foram apresentadas em outubro de 2014 e eram baseadas num conjunto de 59 propostas feitas pelo grupo de peritos. Na altura, o executivo do PSD-CDS esperava alcançar uma receita de 165,5 milhões de euros. Do pacote de medidas, as que mais receitas geraram tiveram impacto no setor automóvel.

Ao aumentar o Imposto Sobre Combustíveis (ISP), o Governo comprometeu-se a fazer revisões trimestrais para adaptar a carga fiscal às variações do preço dos combustíveis. Em fevereiro, o ISP aumentou para seis cêntimos para compensar uma quebra de receitas fiscais com o IVA, provocada pela descida dos preços dos combustíveis. Esta subida recebeu vários protestos do setor e em maio o imposto caiu para cinco cêntimos.

A reforma da fiscalidade verde trouxe ainda um aumento do ISP indexado ao preço de CO₂ no mercado europeu de licenças de emissões de carbono, que em 2015 teve como valor de referência cinco euros por tonelada, e é ajustado à evolução dos preços no mercado internacional.

Outra medida emblemática do pacote foi a introdução de uma taxa de 10 cêntimos sobre os sacos de plástico leves, que, no que toca a previsões de encaixe de receitas, teve um resultado aquém do esperado. O executivo esperava encaixar 40 milhões de euros em 2015, mas o valor recebido esteve longe do objetivo: 1,6 milhões de euros.

Na lista das quase 60 medidas propostas pela comissão de peritos estava um imposto sobre as viagens aéreas. No texto final, a ideia ficou de fora. A intenção era cobrar 15 euros a mais num bilhete de avião com destino a um país fora da Europa. Os voos dentro de Portugal teriam uma taxa de três euros. Este agravamento seria pago pelas companhias aéreas e repercutido no preço final do bilhete. O ex-ministro do Ambiente Jorge Moreira da Silva preferiu esperar pelas negociações sobre as emissões dos aviões que estão em curso.